

EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001–91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.611	4.767
Disponibilidade da rede elétrica	6	7.092	7.940
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	1	3
Outros tributos compensáveis	7	128	75
Ativos da concessão	11	46.157	43.075
Outros créditos	12	895	687
Total do Ativo Circulante		103.884	56.547
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	10	9.250	9.860
Ativos da concessão	11	384.035	375.544
Outros créditos	12	6	
		393.291	385.404
Imobilizado		390	126
Intangível		1.219	1.248
		1.609	1.248
Total do Ativo Não circulante		394.900	386.652
TOTAL DO ATIVO		498.784	443.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	1.168	280
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	859	590
Outros tributos a recolher	7	985	242
PIS e COFINS diferidos	8	1.685	1.572
Dividendos	15	10.677	
Provisões	16	964	889
Parcela de Ajuste	13	4.732	1.416
Outras contas a pagar	12	389	273
Total do Passivo Circulante		21.459	5.262
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	8	14.017	13.707
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	13.250	12.894
Provisões	16	5.225	1.663
Parcela de Ajuste	13	1.113	877
Outras contas a pagar	12	1.246	599
Total do Passivo Não circulante		34.851	29.740
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	342.755	342.755
Reservas de lucros	17.3	99.719	65.442
Total do Patrimônio líquido		442.474	408.197
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		498.784	443.199

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	44.957	92.688
Resultado abrangente do exercício	44.957	92.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		47.903	96.293
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(275)	(453)
Remuneração dos Ativos da concessão		(52.285)	(50.328)
Margem na construção		(8.908)	(11.113)
Reajuste Anual		30.309	(11.952)
Depreciações e amortizações		31	25
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos			459
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		169	(86)
Outros		(325)	(256)
		16.619	22.589
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Ativos da concessão		64.280	34.193
Estoque		(2)	(53)
Cauções e depósitos vinculados		1.548	20
Outros ativos operacionais		(404)	(675)
		65.422	33.485

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	888	(8.817)
Outros tributos a recolher	762	(36)
Encargos Setoriais	(277)	(36)
Provisões	(1.986)	(2.082)
Outros passivos operacionais	4.470	(4.235)
	3.877	(15.206)

Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	85.518	40.868
Fluxo de caixa das atividades de investimento	3.877	(15.206)

Adições aos Ativos da concessão	(38.345)	(4.528)
Adições ao ativo financeiro indenizável	(506)	(407)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(38.851)	(4.935)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(25.000)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(7.000)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(2.283)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(23)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	25.1	(34.306)

Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.844	(183)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.611	4.767
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.767	4.950
	44.844	(183)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	310.755	-	(2.246)	308.509
Aumento de capital conforme AGE de 28/04/2023	32.000			32.000
Lucro líquido do exercício			92.688	92.688
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		4.524	(4.524)	-
Reserva de retenção de lucros		60.918	(60.918)	-
Dividendos obrigatórios - RCA de 01/12/2023			(25.000)	(25.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342.755	65.442	-	408.197
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342.755	65.442	-	408.197
Lucro líquido do exercício			44.957	44.957
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		2.248	(2.248)	-
Dividendos obrigatórios			(10.680)	(10.680)
Dividendos adicionais propostos		32.029	(32.029)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	342.755	99.719	-	442.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada na cidade de São Paulo no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integral da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading).

A Companhia possui linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão.

2 Concessão

A Companhia arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão nº 13/2015, ocorrido em 13 de abril de 2016, por meio do processo nº 48500.003580/2015-77 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 18/2016 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/16	27/06/46	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabeleceu que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, de R\$40.085 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventuais ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrerem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.348 (Nota 4.1), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$65.653.

O montante da RAP recebida no exercício de 2024 é de R\$66.529, (R\$58.177 em 31 de dezembro de 2023).

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2025.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtópicos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras		IAS 1	Norma	01/01/2027
Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.				

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Reajuste tarifário

Em 16 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.348, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,93% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

4.2 Medida regulatória para o setor elétrico com impactos na Companhia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.063 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada REN nº 1.063 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.088/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	39	2.318
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	47.851	2.449
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	1.721	-
Total	49.572	2.449
	49.611	4.767

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2024 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxa de 97,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9 Partes relacionadas

Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)

Uso do sistema de transmissão

EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	40	39				359	318
EDP São Paulo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	41	61				540	548
Enerpeixe	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	4	3				47	42
Lajeado	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	6	5				64	57
Investco	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046						1	1
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	2	1				19	17
São Manoel	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	8	7				91	86
Porto do Pecém	Coligada (*)	23/05/2021 a 27/06/2046		5					53
CEJA	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	4	2				35	26
			105	123	-	-	-	1.156	1.148

Fornecedores (Nota 14)

Contrato de prestação de serviços

EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024		96	90			(607)	(536)
			-	96	90	-	-	(607)	(536)

Outras contas a pagar (Nota 12)

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)

EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2027			40	49		(484)	(467)
--------------------------	-----------------------	-------------------------	--	--	----	----	--	-------	-------

Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)

EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015 a 31/12/2026			7	3		(42)	(45)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/01/2015 a 31/12/2026							(3)

Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)

EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2028			886	108		(886)	(824)
			-	-	933	160	(1.412)	(1.339)	
			105	123	96	90	933	160	(727)

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou 80% do capital social da companhia Porto do Pecém, e consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.
Em 2022, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.
Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21. Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Goiás, no valor global do contrato de R\$1.573, pelo prazo de 36 meses. Em 30 maio de 2024, foi firmado o aditivo do contrato prorrogando a vigência até 1º de junho de 2026, bem como ajustando, pelo IPCA, o valor mensal pago pela contratante, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP Trading, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

9.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou administradores com remuneração em 2024. Para o exercício de 2023, segue abaixo:

	Diretoria Estatutária 2023	
Remuneração (a)	29	
Benefícios de curto prazo (b)	1	
Total	30	

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais	16	9.859	13	938	(1.560)	9.250
Outros cauções		1			(1)	-
Total Não circulante		9.860	13	938	(1.561)	9.250

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº 122/22 e nº 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

6 Disponibilidade da rede elétrica

	Valores Correntes					Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
	A Vencer Até 60 dias	Vencidos Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Concessionárias	6.315	266	124	315	72	7.092	7.940
Encargos de uso da rede elétrica	6.315	266	124	315	72	7.092	7.940

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica, em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024		
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3		(3)	1	1		
Total Circulante	3	-	(3)	1	1		
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	10	1		(1)	10		
IRRF sobre aplicações financeiras	54	167		(104)	117		
IR/CS retidos sobre faturamento	1	1		(1)	1		
Outros	10	23		(33)	1		
Total Circulante	75	192	-	(139)	128		
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	590	2.590		(2.199)		(122)	859
Total Circulante	590	2.590	-	(2.199)	-	(122)	859
Outros tributos a recolher							
ICMS	14	187		(170)			31
PIS e COFINS	184	2.424		(2.413)		(3)	176
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	18	513		(254)			277
Encargos com pessoal	26	877	1	(404)			500
Outros	-	1					1
Total Circulante	242	4.002	1	(3.241)	(3)	(16)	985

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme Portaria N° 979/SPE/MME, de 22/09/2021 do MME, publicada no D.O.U. de 10/12/2021, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

	Passivo			
	Circulante	Não circulante		
Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	8.1	1.685	1.572	14.017
Imposto de renda e contribuição social	8.2			13.250
Total	1.685	1.572	27.267	26.601

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

	Passivo			
	Não circulante	Resultado		
Nota	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Diferenças Temporárias				
Reconhecimento de receita	13.250	12.894	(356)	(1.381)
Total diferenças temporárias	13.250	12.894	(356)	(1.381)

Ativo

Circulante

31/12/2024

31/12/2023

Passivo

Circulante

31/12/2024

31/12/2023

Não circulante

31/12/2024

31/12/2023

Resultados

Operacionais

2024

2023

Ativos da concessão

418.619

20.653

54.266

43.065

8.908

30.309

1.120

430.192

Circulante

43.075

46.157

Não circulante

375.544

384.035

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Circulante	Não circulante
Nota	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos	33	
Bens destinados à alienação/desativação	434	
Ressarcimento de custos – CDE/ RGR	212	177
Despesas pagas antecipadamente	154	55
Outros	62	455
Total	895	687
Outras contas a pagar - Passivo		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	933
Arrendamentos e alugueis		22
Obrigações sociais e trabalhistas	12.1	99
Outros	251	152
Total	389	273

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Parcela de Ajuste

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$4.732 (R\$1.416 em 31 de dezembro de 2023) no Circulante e R\$1.113 (R\$877 em 31 de dezembro de 2023) no Não circulante, refere-se à estimativa da parcela de ajuste para o ciclo tarifário 2024/2025 e ao saldo remanescente da parcela de ajuste do ciclo tarifário 2023/2024. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se às diferenças entre os duodécimos da RAP estabelecidos na resolução homologatória e os duodécimos da RAP indicados nos avisos de crédito emitidos pelo ONS. Essas diferenças são homologadas pela ANEEL ao final de cada ciclo tarifário e ajustadas nos avisos de crédito subsequentes (Nota 4.1).

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.168 (R\$280 em 31 de dezembro de 2023) é composto, sobretudo, por fornecedores da obra de construção da linha de transmissão e manutenção da infraestrutura. O aumento em 2024, deve-se, principalmente, ao início de uma nova obra de ampliação na subestação Tubarão Sul.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivos nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais; quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação dos Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos intermediários

Foi aprovada em AGOE, realizada em 30 de abril de 2024, a destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$92.688 da seguinte forma: (i) R\$4.522 como reserva legal; (ii) R\$2.248 como absorção de prejuízos acumulados nos exercícios anteriores; (iii) R\$60.918 como Retenção de Lucros da Companhia; e (iv) R\$25.000 como dividendos antecipados, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, objeto de deliberação e aprovação na Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de dezembro de 2023, pagos ao acionista integralmente em dezembro de 2023.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	Dividendos Obrigatórios	
Passivo	31/12/2023	31/12/2024
EDP Trading	-	10.677
	-	10.677

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Provisões

...continuação

EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Arrendamentos e alugueis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa CDI e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até às datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo da exposição	provável					
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	47.851	3.336	3.336	815	1.622	(822)	(1.652)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.721	18	18	4	8	(4)	(9)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	49.572	3.354	3.354	819	1.630	(826)	(1.661)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 20,72% e 4,47% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2024		31/12/2023		
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	
	3 meses	a 1 ano	5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		3	1.165		1.168
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				933	933
Arrendamentos e alugueis	72	807	90	266	1.446
Licenças Ambientais	72	810	1.255	1.199	3.547
					1.985

24.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraledes
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor-Presidente e Diretor Administrativo

Rafael Holanda Moura
Diretor Financeiro

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais


distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCooper
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Correia Formosinho
Contador
CRC 1BA029904/O-5

www.edp.com

